

REAG IP S.A. - Instituição de Pagamento
(CNPJ 36.272.465/0001-49)

Demonstrações financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 30 de junho 2025

REAG IP S.A. - Instituição de Pagamento

Índice

Página

Relatório da Administração	2
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis	7
Demonstrações contábeis	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	16



06.2025

Relatório da Administração

REAG IP

Comentários de Desempenho

Srs. Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras da REAG IP S.A – Instituição de Pagamento relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2025.

Panorama Econômico

A nova guerra comercial deflagrada pelo governo de Donald Trump foi o grande destaque no cenário econômico global ao longo do primeiro semestre de 2025, com fortes elevações das alíquotas de importação sobre os parceiros comerciais norte-americanos.

Esses acontecimentos, que representam uma quebra de paradigma significativa em um dos pilares econômicos fundamentais do pós-guerra, produziram elevada volatilidade nos mercados financeiros, com os ativos de risco sofrendo inicialmente significativas perdas. O destaque, contudo, ficou por conta da desvalorização substancial do dólar, que apresentou o pior desempenho em décadas, acumulando no primeiro semestre perdas superiores a 10% em relação a diversas moedas de países desenvolvidos.

Nas últimas semanas, contudo, a conclusão de acordos comerciais com parceiros relevantes (entre os quais Reino Unido, União Europeia e Japão) permitiu reduções das alíquotas inicialmente anunciadas, abrindo espaço para forte recuperação dos ativos globais, em particular dos mercados acionários. No caso dos EUA, o índice S&P retomou os patamares máximos históricos.

A economia global vem demonstrando notável resiliência diante de um ambiente de elevada incerteza. Em seu relatório de julho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) atualizou as projeções para o crescimento mundial em 2025 para 3,0% - pequena desaceleração em relação ao ritmo de 3,3% observado em 2024. Para o próximo ano, o FMI projeta recuperação gradual, com o crescimento global alcançando 3,1%.

Os EUA deverão enfrentar uma desaceleração da atividade econômica mais pronunciada, em razão dos efeitos negativos das tarifas sobre a inflação, ambiente de negócios e a confiança de empresas e famílias. No campo da inflação, os últimos indicadores sugerem que o impacto da alta das tarifas já começa a se manifestar sobre os preços ao consumidor. Entretanto, à medida em que esses efeitos confirmem o caráter transitório, o Federal Reserve (Fed) deverá retomar o ciclo de corte dos juros a partir de meados do ano. O alívio monetário deverá permitir a estabilização do crescimento norte-americano ao redor de 2% em 2026.

O Brasil foi severamente atingido pelo tarifaço, com a alíquota imposta ao país elevada para 50%. Entretanto, diante da baixa participação das exportações aos EUA na pauta comercial brasileira (ao redor de 2% do PIB), os efeitos sobre a economia doméstica leira deverão se mostrar limitados.

No primeiro semestre de 2025, a economia brasileira manteve a dinâmica de crescimento robusto observada ao longo dos últimos anos. Comparativamente ao mesmo período de 2024, o PIB do primeiro trimestre cresceu 2,9%, com destaque para o setor agropecuário e o consumo das famílias.

O mercado de trabalho permanece resiliente. Em junho, a taxa de desemprego atingiu 5,8%, o menor patamar histórico para o mês. Destacam-se ainda o forte crescimento da ocupação, do emprego formal e dos rendimentos.

Nos próximos meses, a atividade econômica deverá apresentar desaceleração gradual, em função das elevadas taxas de juros e da redução do ritmo de expansão global. Entretanto, o ano de 2025 deverá encerrar com crescimento ainda moderado, ao redor de 2,5%. Para 2026, antecipa-se uma desaceleração da economia para um patamar próximo de 2,0%.

Após ter atingido em março o patamar de 5,5% no acumulado em doze meses, a inflação ao consumidor, medida pelo IPCA, vem apresentando recuo nos últimos meses, beneficiada pelo comportamento mais benigno dos preços dos alimentos e pela valorização do real. No futuro próximo, vislumbra-se continuidade desse ambiente mais favorável, levando a variação do IPCA para 5,0% em 2025 e 4,5% em 2026.

À luz do crescimento econômico mais moderado e do recuo da inflação, o Banco Central deverá retomar o processo de afrouxamento monetário, reduzindo a taxa Selic para 14,5% ao final de 2025 e 12,0% ao final de 2026.

Destaques do Resultado das Demonstrações Financeiras

Lucro Líquido
R\$ 9.922 milhões

↓ -79% 30/06/2024 vs. 30/07/2025

EBITDA
R\$ 16.517 milhões

↓ -72% 30/06/2024 vs. 30/06/2025

**Receita de Prestação
de Serviço**
R\$ 35.000 milhões

↓ -84% 30/06/2024 vs 30/06/2025

A Companhia encerrou o primeiro semestre de 2025, com um lucro líquido de R\$ 9.922 milhões, uma redução comparada ao período ao semestre anterior que totalizou R\$ 47.706 milhões.

A receita com prestação de serviços totalizou o montante de R\$ 35.000 milhões, representando uma redução de 84% em relação ao mesmo período do ano anterior que totalizou R\$ 225.552 milhões. Essa queda está relacionada à reestruturação societária decorrente da aquisição a companhia pelo Grupo Reag, que resultou na descontinuidade de determinados serviços anteriormente oferecidos.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 33.640 mil, redução de 77% comparado com o mesmo período do ano anterior que totalizou R\$ 144.701 mil.

As operações realizadas no período estão alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos para a instituição, sendo que os resultados apurados estão de acordo com as projeções de negócios. A estrutura organizacional e operacional implementada é compatível com aquela estabelecida no plano de negócios e adequada à natureza e à complexidade dos produtos, serviços e atividades da Companhia.

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Aos:

Acionistas e Administradores da

REAG IP S.A - Instituição de Pagamento

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **REAG IP S.A - Instituição de Pagamento** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **REAG IP S.A - Instituição de Pagamento** em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Processo de investigação

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 16, às demonstrações financeiras que descreve que, em 28 de agosto de 2025, o Grupo REAG, principalmente os Fundos de Investimentos administrados ou gerenciados por Instituições do Grupo, foram citadas pela “Operação Carbono Oculto”, que investiga esquema de fraudes, lavagem de dinheiro e sonegação tributária no setor de combustíveis, envolvendo o crime organizado. Devido ao estágio atual das investigações, não é possível determinar se haverá potenciais efeitos sobre a REAG IP S.A. - Instituição de Pagamento. Nossa opinião não ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN)., e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de setembro de 2025.



Leonardo Coelho de Almeida Mendes
Contador CRC – MG 94.028/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7 “S” MG

**RSM**

REAG IP S.A - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

ATIVO	Nota	30/06/2025	31/12/2024	PASSIVO	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.135	51.477	Outras obrigações	8	-	359.100
Impostos a recuperar	7	17.765	17.019	Obrigações tributárias		674	78
Outros créditos		-	96.668	Imposto de renda e contribuição social a recolher	9	563	-
Total ativo circulante		40.900	165.163	Total do passivo circulante		1.238	359.178
Ativo não circulante				Patrimônio Líquido	10		
Títulos e Valores Mobiliários	6	177.135	-	Capital Social		886.452	486.452
Depósitos judiciais		43	-	Reserva legal		13.827	13.827
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	14.790	13.741	Prejuízos Acumulados		(464.758)	(474.680)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	203.890	205.872	Total do Patrimônio Líquido		435.521	25.599
Total ativo não circulante		395.858	219.613	Total do Passivo		436.758	384.777
Total do Ativo		436.758	384.777				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

	Nota	30/06/2025	30/06/2024
Receitas de Intermediação Financeira	12	14.466	160.043
Despesas de Intermediação financeira	13	-	(51.579)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		-	(12.406)
Resultado de Intermediação Financeira		14.466	96.058
Outras Receitas / (Despesas)			
Receita de prestação de serviços	12	35.000	225.552
Despesas administrativas	13	(33.640)	(144.701)
Despesas de pessoal	13	-	(60.513)
Outras receitas e despesas	13	691	(104.809)
Resultado de participações em coligadas e controladas		-	47.414
Resultado antes dos impostos		16.517	59.001
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(1.982)	(5.712)
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(4.613)	(5.583)
Lucro líquido do semestre		9.922	47.706
Lucro por ação		0,01	0,14

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido do semestre	9.922	47.706
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do semestre	9.922	47.706

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2024	486.452	13.827	3.758	(575.023)	(70.986)
Resultado do semestre	-	-	-	47.706	47.706
Pagamento baseado em ações	-	-	286	-	286
Saldo em 30 de junho de 2024	486.452	13.827	4.044	(527.317)	(22.994)
Saldo em 1º de janeiro de 2025	486.452	13.827	-	(474.680)	25.599
Resultado do semestre	-	-	-	9.922	9.922
Aumento de capital	400.000	-	-	-	400.000
Saldo em 30 de junho de 2025	886.452	13.827	-	(464.758)	435.521

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

	Nota	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido		9.922	47.706
Ajustes ao Lucro Líquido			
Depreciação e amortização		-	7.385
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		-	12.406
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	1.982	5.712
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	4.613	5.583
Contingências		-	(681)
Resultado com fundos de investimento		-	(6.647)
Rateio de despesas do período		-	(14.876)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		-	(47.414)
Pagamentos baseados em ações		-	286
Compensação de imposto de renda retido no período		(1.589)	-
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		-	(2.534)
		14.928	6.926
Variação em ativos e passivos			
Títulos e Valores Mobiliários		(177.135)	90.062
Relações Interfinanceiras		-	1.003.963
Operações de crédito		-	781.286
Outros créditos		96.668	(674.447)
Impostos a recuperar		(746)	-
Depósitos judiciais		(43)	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(1.049)	(4.850)
Depósitos		-	308.668
Outras Obrigações		(359.100)	(1.045.914)
Obrigações tributárias		596	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.463)	(8.702)
Fluxo de caixa (aplicado) / gerado nas atividades operacionais		(428.343)	456.992
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado		-	(212)
Aquisição de ativo intangível		-	(58.416)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento		-	(58.628)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aporte de capital		400.000	-
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		400.000	-
Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		(28.342)	398.364
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		51.477	85.148
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		-	2.534
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		23.135	486.046
Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		(28.342)	398.364

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1. Contexto operacional

A REAG IP S.A. - Instituição de Pagamento ("REAG IP" e/ou "Companhia"), anteriormente denominada Will S.A Instituição de Pagamento ("Will IP"), conforme cadastro no Banco Central do Brasil, está constituída na forma de sociedade anônima fechada, domiciliada no Brasil, com sede a Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2365, 15º andar, Edifício Barão de Iguatemi, São Paulo – SP.

A Companhia tem como objetivo fornecer soluções de pagamento através da emissão e administração de cartões de crédito internacionais com a bandeira Mastercard, e emissão de moeda eletrônica através do serviço de conta de pagamento 100% digital, sem tarifas e com remuneração de 100% da taxa DI, além de outros serviços de pagamento complementares como transferências, pagamentos de boletos, recarga de celular, PIX e saques através de caixas eletrônicos 24 horas.

1.1. Reestruturação societária

Em 21 de agosto de 2024, foi formalizada a transação de aquisição da integralidade do capital social da Will S.A Instituição de Pagamento pelo Grupo Reag. Em 06 de setembro de 2024 foi publicada no Diário Oficial da União a decisão do BACEN referente à autorização da transferência do controle societário.

Com a conclusão dessa transação, as atividades anteriormente conduzidas pela Companhia foram transferidas para a Companhia Will Financeira S.A Crédito, Financiamento e Investimento, pertencente ao mesmo grupo econômico a qual a adquirida fazia parte.

A operação resultou na cessação das atividades operacionais da Companhia adquirida, sendo parte de seus ativos e passivos incorporados ou redistribuídos conforme os termos contratuais estabelecidos entre as partes.

A aquisição da WILL IP pelo Grupo Reag é uma ação estratégica, feita com o objetivo de aumentar a oferta de produtos e serviços financeiros através de ações de cross-selling realizadas entre as empresas do Conglomerado REAG.

1.2. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento nos prazos acordados.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 9.922 e apresentou utilização líquida de caixa nas atividades operacionais no montante de R\$ 428.343. No mês de fevereiro de 2025, o saldo de outras obrigações registrado no passivo circulante foi integralmente liquidado junto ao credor Will Financeira S.A., principal saída de caixa no período. Com base na análise dos fatores financeiros, operacionais e estratégicos disponíveis, a Administração conclui que não existem incertezas materiais que levantem dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

2. Apresentação das Demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com o estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A apresentação das contas do Balanço Patrimonial está por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 24 de setembro de 2025.

2.2. Pronunciamentos contábeis

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN são:

Resolução CMN nº 4.818/20/08

- Elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras;
- Demonstração do fluxo de caixa (CPC 03(R2));
- Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05(R1));
- Eventos Subsequentes (CPC 24);
- Resultado por Ação (CPC 41 (R1));

Resolução CMN nº 3.989/11

- Pagamentos Baseados em Ações (CPC 10(R1))

Resolução CMN nº 3.823/09

- Provisões passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25)

Resolução CMN nº 4.534/16

- Ativo Intangível (CPC 04 (R1))

Resolução CMN nº 4.535/16

- Ativo Imobilizado (CPC 27 (R1))

Resolução CMN nº 4.877/20

- Benefícios a empregados (CPC 33 (R1))

Resolução CMN nº 4.967/21

- Propriedade para investimento (CPC 28)

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Resolução CMN nº 4.924/21

- Mensuração do Valor Justo (CPC 46);
- Receita de Contrato com Cliente (CPC 47);
- Estrutura conceitual relatório contábil/ financeiro (CPC 00 (R2));
- Redução do valor recuperável de ativos (CPC 01(R1)); e
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23).

Não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC. A Administração aguardará as deliberações do CMN sobre as normas, orientações e interpretações ainda não aprovadas, para ajustar as demonstrações financeiras da Companhia, dentro do que for aplicável.

2.3. Normas emitidas com vigência no período corrente

Resolução CMN nº 4.966/21 e atualizações posteriores

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23 e normas complementares, estabelecem novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual; e (iv) reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso.

2.4. Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:

Resolução CMN nº 5.185/24

A Resolução CMN nº 5.185/24 determina, a partir do exercício de 2026, a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade nas demonstrações financeiras, adotando os pronunciamentos técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS:

- i. Pronunciamento Técnico CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, e
- ii. Pronunciamento Técnico CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima.

2.5. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. Principais práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Companhia são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

São considerados caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários, aplicações de interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

b) Instrumentos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/21 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, estabelecendo os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com os modelos de negócios definidos pela Companhia ao Custo Amortizado, ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes e/ou ao Valor Justo no Resultado, podendo haver reclassificações.

A Companhia atualmente classifica os seus ativos financeiros com base nos seguintes Modelos de negócios:

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado (CA)

Ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros. Inicialmente são reconhecidos pelo valor justo adicionado aos custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva).

Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal, quanto para a venda. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação., sendo que os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos em contrapartida aos outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Para os instrumentos patrimoniais que a Companhia tenha utilizado a faculdade de classificação a VJORA os ganhos ou perdas de variação cambial devem ser reconhecidos em outros resultados abrangentes, no entanto os ganhos ou perdas de variação cambial de instrumentos financeiros classificados a VJORA devem ser reconhecidos no resultado do período.

Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado (VJR)

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo no do resultado para reduzir descasamentos contábeis que tenham por finalidade eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possa ocorrer em virtude da mensuração em bases diferentes de ativos ou passivos cuja avaliação conjunta faça parte de estratégia já existente no reconhecimento inicial, ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos.

Mensuração do valor justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro;

Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são fundamentados em dados observáveis em mercados ativos; e

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Nível 3: a avaliação é realizada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas não observáveis no mercado. Estas técnicas podem ser: metodologias de fluxo de caixa descontados, avaliação relativa ou outras técnicas semelhantes.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

i. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido corrente se originam dos impostos a serem recolhidos ou recuperados no período.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido de 10% do adicional sob o excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil reais). A contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

ii. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos.

Os ativos diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os ativos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do período-base.

Nos termos da Resolução BCB nº 15/20, a realização e a manutenção do registro contábil do ativo fiscal diferido dependem do atendimento aos prazos e requisitos definidos na norma, como a apresentação de histórico de lucros tributáveis e realização de valores em dois períodos consecutivos acima de 50% dos valores originalmente previstos, bem como a expectativa da geração de lucros tributáveis futuros, baseados em estudo técnico que demonstre a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de 10 anos.

b) Outras obrigações

Outras obrigações circulantes e não circulantes são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, ajustado ao seu valor presente.

c) Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação da Companhia é realizado dividindo-se o lucro líquido ou prejuízo atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação no final do exercício aplicável.

d) Resultados recorrentes/não correntes

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da Companhia, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado e do intangível, bem como a recuperabilidade desses ativos, realização de créditos tributários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais e o valor justo dos instrumentos financeiros.

b) Estimativas e premissas

Com base em premissas razoáveis e fundamentadas, a Companhia realiza estimativas contábeis relacionadas a eventos futuros. Por definição, tais estimativas raramente coincidem exatamente com os resultados reais observados. No entanto, para o semestre findo em 30 de junho de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas estimativas ou premissas que apresentem risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos ou passivos no próximo exercício social.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Conta corrente	20.790	-
Certificados de Depósito Bancário	2.345	51.477
	23.135	51.477

As aplicações financeiras são de alta liquidez, com taxa média de 100% do CDI, conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Valor Justo no Resultado (VJR)		
Cotas de fundos multimercado	161.771	-
	161.771	-
Custo amortizado		
Letras Financeiras Subordinadas ¹	15.364	-
	15.364	-
Total	177.135	-

¹ A Letra Financeira Subordinada foi adquirida com vencimento em 2031, remunerada a taxa Pré-fixada de 15,9% a.a., classificada como ativo financeiro ao custo amortizado, com intenção de manter até o vencimento.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

b) Resultado de Títulos e Valores Mobiliários

	30/06/2025	31/12/2024
Rendas de fundos de investimentos	8.226	6.647
Rendas de títulos de renda fixa	-	16.188
	8.226	22.835

7. Impostos a recuperar

	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de renda	11.330	11.251
Contribuição social	3.461	3.424
Imposto de renda e contribuição social a compensar	14.790	13.741
Imposto de renda retido na fonte	17.694	16.952
Outros impostos retidos (PIS, COFINS e CSLL)	71	67
Impostos a recuperar	17.695	17.019

8. Outras obrigações

	30/06/2025	31/12/2024
Valores a repassar - Will Financeira	-	359.100
	-	359.100

Corresponde a operações de mútuo realizadas entre a Companhia e a Will Financeira, que substituiu as operações de antecipação de recebíveis do cartão de crédito, como meio de financiamento das operações intragrupo, tendo prazos de vencimento em até 10 anos e taxa de juros de até 13,31% por ano. O saldo foi liquidado em fevereiro de 2025.

9. Imposto de renda e contribuição social

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15%

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

a) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

	2024	
	30/06/2025	30/06/2024
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos e participações	16.517	59.001
Alíquota vigente	40%	40%
Imposto de renda e Contribuição Social à alíquota vigente	(6.607)	(23.600)
Resultado com Equivalência Patrimonial	-	18.965
Adições/Exclusões Permanente	12	(212)
Créditos tributários não ativados	-	(6.448)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.595)	(11.295)
Impostos Correntes	(4.613)	(5.583)
Impostos Diferidos	(1.982)	(5.712)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.595)	(11.295)

b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2023	Resultado	31/12/2024	Resultado	30/06/2025
Provisão para contingências	1.347	(1.347)	-	-	-
Provisão para devedores duvidosos	4.819	(4.819)	-	-	-
Provisão para fornecedores	1.875	(1.875)	-	-	-
Provisão para incentivo Mastercard	(2.913)	2.913	-	-	-
Marcação ao mercado - MTM	3	(3)	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	209.381	(3.508)	205.872	(1.982)	203.890
	214.512	(8.640)	205.872	(1.982)	203.890

(a) Em conformidade com a determinação do Banco Central do Brasil, a Companhia cessou o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa a partir de dezembro de 2022. Esta condição deverá ser mantida até que a Reag IP

O estudo de realização dos créditos tributários elaborado pela administração para data-base de 30 de junho de 2025 projeta a existência de lucros tributáveis futuros para a realização desses ativos dentro do prazo máximo previsto na norma, especialmente em função das premissas de crescimento e rentabilização da carteira de clientes da Companhia.

10. Patrimônio líquido

Capital Social

Em 30 de junho de 2025, o Capital Social é de R\$ 886.452 (2024 – R\$ 486.452), composto por 746.917 ações, sendo 371.715 em ações ordinárias e 375.203 em ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais não conferem direito a voto, exceto nas hipóteses previstas na Lei das Sociedades por Ações, mas terão preferência no reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Reservas

A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são destinados, após compensação com os prejuízos acumulados e antes de qualquer outra destinação, à constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

O lucro auferido pela Companhia no semestre findo em 30 de junho de 2025 foi absorvido pelo saldo dos prejuízos acumulados, conforme disposto no artigo 189 da Lei 6.404/76.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 5% do resultado do período, após compensação com os prejuízos acumulados e antes de qualquer outra destinação, à constituição da reserva legal. Os dividendos não reclamados no prazo de 5 (cinco) anos prescrevem em favor da Companhia.

Pagamento baseado em ações

Em decorrência da aquisição da Companhia pelo Grupo Reag, ocorrida no exercício de 2024, o saldo da reserva de incentivos vinculada ao plano de pagamento baseado em ações, no montante de R\$ 4.044, foi integralmente liquidado.

A liquidação ocorreu como parte das condições da operação de aquisição, refletindo a extinção dos compromissos assumidos com os beneficiários do referido plano.

A partir de agosto de 2024, a nova administração optou por encerrar o plano de pagamento baseado em ações.

11. Partes relacionadas

	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Remuneração da administração	-	(572)

12. Receitas

a) Receitas de Intermediação Financeira

	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	6.240	15.786
Resultado de títulos e valores mobiliários	8.226	22.835
Receitas financeiras de operações de cartão de crédito	-	118.889
Rendas de Câmbio	-	2.533
	<u>14.446</u>	<u>160.043</u>

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

b) Receita de prestação de serviço

	30/06/2025	30/06/2024
Taxa de utilização de cartão de crédito	-	218.870
Serviço de cobrança	-	4.600
Serviço de cooperação	35.000	-
Outros	-	2.082
Total	35.000	225.552

13. Despesas

a) Despesas por natureza

	30/06/2025	30/06/2024
Salários e ordenados	-	(33.705)
Encargos sociais	-	(11.716)
Benefícios	-	(9.443)
Participações no lucro	-	(5.649)
Processamento de dados	-	(50.007)
Publicidade e propaganda	-	(16.552)
Emissão e envio de cartões	-	(22.105)
Serviços associados a transações de pagamento	-	(1.265)
Impostos e taxas	(2.917)	(21.136)
Serviços de terceiros	(30.505)	(21.796)
Depreciação e amortização	-	(7.385)
Contingências	-	681
Perdas com riscos operacionais	-	(2.442)
Outras despesas administrativas	(218)	(107.503)
Atualização monetária	691	-
	(32.949)	(310.023)
Despesas administrativas	(33.640)	(144.701)
Despesas de pessoal	-	(60.513)
Outras receitas e despesas	691	(104.809)
	(32.949)	(310.023)

b) Despesas de Intermediação Financeira

	30/06/2025	30/06/2024
Descontos concedidos	-	(121)
Despesa com tarifas	-	(51.458)
	-	(51.579)

14. Gerenciamento de Riscos

A atividade de riscos é regida por princípios alinhados com a estratégia e o modelo de negócio adotado pela Companhia, considerando as recomendações dos órgãos supervisores, reguladores e as melhores práticas do mercado.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Todos os funcionários devem estar cientes de suas responsabilidades na identificação, gestão e reporte dos riscos, entendendo os riscos associados às suas atividades diárias.

O processo de governança de risco segue os princípios do modelo das três linhas de defesa, onde são atribuídas com clareza as responsabilidades de cada uma das linhas.

Gestores (1º. Linha de Defesa): Representada pelos gestores das unidades de negócio e de suporte, os quais gerenciam e implementam as ações para monitoramento e mitigação dos riscos associados aos processos sob sua responsabilidade.

Riscos, Controles internos e Compliance (2º. Linha de Defesa): Composto pelas equipes de Riscos, Controles Internos e Compliance, que são responsáveis pela definição e implementação dos métodos para identificação, avaliação e monitoramento da aderência dos processos aos níveis de exposição ao risco aceitos pelo Grupo Reag.

Auditoria interna e externa (3º. Linha de Defesa): Provê a verificação e avaliação independente e periódica quanto à eficácia dos processos e procedimentos estabelecidos para controle e gerenciamento dos riscos, incluindo grau de exposição e adequação da estrutura do sistema de controles internos.

As políticas de gestão de riscos são analisadas e aprovadas pela diretoria da companhia.

Riscos

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são descritos nos itens a seguir:

Risco Reputacional

O risco reputacional está associado a possibilidade de danos à reputação por ocorrência de fatos ou notícias que venham repercutir de forma negativa junto a clientes, reguladores, mercado, parceiros e demais partes afetadas direta ou indiretamente pela companhia. O risco reputacional abrange os riscos de qualidade, conduta, comunicação, relacionamento com terceiros e de integridade.

A companhia adota como diretriz para o seu processo decisório, prezar pela preservação da imagem, reputação e perenidade da Companhia.

Risco Operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de perdas resultantes de eventos externos e internos. Esses podem ser decorrentes de falhas nas operações, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, produtos, serviços, ou conduta no relacionamento com clientes, fornecedores e colaboradores (demandas trabalhistas, segurança no local de trabalho), danos a ativos físicos próprios ou em uso e situações que acarretem a interrupção das atividades da Companhia. Assim como perdas associadas a descumprimento de dispositivos legais ou normas, deficiências na formalização de contratos firmados e instrumentos de garantia, multas e indenizações por danos a terceiros.

A metodologia utilizada para identificação dos riscos está relacionada as técnicas de autoavaliação RCSA (Risk Control Self Assessment) e análise de processos (fluxogramas e manuais de procedimentos). Estas técnicas são aplicadas periodicamente, visando identificar os eventos de risco, as causas potenciais e a avaliação do nível do risco.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Os riscos são avaliados pelos gestores das áreas, segundo a matriz de impacto e probabilidade. A revisão das análises ocorre periodicamente ou na eventualidade de acontecerem mudanças relevantes nas condições de mercado, ou na estratégia do negócio.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das suas posições detidas, bem como das suas margens financeiras.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na incapacidade em honrar efetivamente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas. Assim como a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado ou descontinuidade no mercado.

O monitoramento do risco de liquidez está baseado no gerenciamento do fluxo de caixa projetado, no gerenciamento dos estoques de ativos de alta liquidez, e em simulações considerando cenários adversos.

Risco de Crédito

O risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador e à redução de ganhos ou remunerações. O risco de crédito também abrange o risco de concentração em operações com características semelhantes ou em contrapartes com risco de crédito compartilhado.

Risco Socioambiental e Climático

O risco socioambiental e climático está associado a possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia ocasionadas por eventos associados:

- à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;
- à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;
- ao processo de transição para uma economia de baixo carbono;
- a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Os fatores socioambientais são considerados relevantes para os negócios da Companhia, uma vez que podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazo. A Companhia realiza o acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema, assim como processo de divulgação interna de informações relevantes, visando a mitigação de riscos relevantes.

14.1. Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital da companhia atua em linha com sua estratégia e seu respectivo modelo de negócios. É compatível com a natureza de suas operações, e complexidade dos seus produtos, bem como a relevância de exposição a riscos e com a importância sistêmica da Companhia. Os indicadores para o gerenciamento de capital reportados ao Banco Central devem ser apurados considerando o conglomerado prudencial ao qual a Companhia pertencente e não pela Companhia individualmente.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

No contexto de “Apuração dos Requerimentos Mínimos Exigidos”, são calculados os parâmetros destacados abaixo:

- Patrimônio de Referência (“PR”);
- Capital Principal;
- Patrimônio de Referência de Nível I, corresponde a soma do Capital Principal com o Capital Complementar;
- Ativos Ponderados pelo Risco (“RWA”), correspondente a soma das parcelas RWA^{CPAD} (risco de crédito mediante a abordagem padronizada), RWA^{MPAD} (risco de mercado mediante a abordagem padronizada), RWA^{OPAD} (risco operacional mediante abordagem padronizada) e RWA^{SP} (risco associado aos serviços de pagamento);
- Índice de Basileia (IB).

O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de basileia da Companhia:

	30/06/2025	30/06/2024
Patrimônio Líquido - Conglomerado	454.455	(22.996)
Capital Principal	250.564	(586.842)
Patrimônio de Referência Nível I	250.564	(586.842)
Excesso de Recursos Aplicado no Ativo Permanente	-	10.184
Patrimônio de Referência - (A)	250.564	(586.842)
Patrimônio de Referência Exigido (8%*B)	90.653	793.904
Adicional de Capital Principal	28.329	248.095
Exposição total ponderada pelo risco (RWA) - (B)	1.133.160	9.923.796
Risco de Crédito - RWA^{CPAD}	133.359	7.156.379
Risco Operacional - RWA^{OPAD}	880.414	2.631.837
Risco Serviço de Pagamento - RWA^{SP}	119.185	127.116
Risco de Mercado - RWA^{MPAD}	202	8.464
Índice de Basileia (A/B)	22,11%	(-5,91%)

Em 30/06/2023, a REAG IP fazia parte de um conglomerado prudencial com a Will Financeira S.A., classificado como tipo 3. Com a aprovação, pelo Banco Central, da aquisição realizada pela REAG, a partir de 31/01/2025, a Companhia passou a integrar o conglomerado da REAG TRUST DTVM. Essa mudança tem como objetivo dar maior robustez ao capital da REAG IP fortalecendo assim sua estrutura para enfrentar os riscos presentes e futuros. Nesse contexto, em 29/01/2025 foi realizado um aumento de capital da companhia, que passou de R\$ 486.452 mil para R\$ 886.452 mil, sendo homologado pelo Banco Central em 26/02/2025.

REAG IP S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

A REAG IP apresentou em 30/06/2025 no seu conglomerado prudencial um índice de basileia de 22,1%, percentual expressivamente superior ao mínimo regulatório de 10,5%, com uma margem de capital requerido de 131.583 mil reais. Esse patamar demonstra a robusta capacidade de absorção de perdas e a ampla margem de capital disponível para sustentar o crescimento dos negócios, mitigar eventuais choques adversos e preservar a continuidade operacional.

15. Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025, não há saldo registrado a título de provisão para processos judiciais, tampouco ações classificadas com probabilidade de perda possível. Tal situação é em virtude da negociação de aquisição do controle da Companhia pelo Grupo Reag, na qual ficou estabelecido que a responsabilidade pelos processos judiciais anteriores à aquisição permaneceria sob a responsabilidade da Will Financeira.

16. Eventos subsequentes

No dia 28 de agosto de 2025, foram cumpridos mandados de busca e apreensão nas sedes do Grupo REAG, controlador da REAG IP S.A., no âmbito da Operação Carbono Oculto. O procedimento teve como foco cotistas e fundos de investimento mencionados, não sendo objeto a Companhia ou suas atividades.

A REAG IP S.A., incorporada ao Grupo em 21 de agosto de 2024, está em processo de reformulação da operação conforme estratégia e não realiza atividades de gestão ou administração de fundos. O episódio não comprometeu a continuidade operacional da Companhia.

* * *